

Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal Assistência Social

Local: Sala de reuniões do gabinete da SDSJPDDH

Data: 21 de junho de 2018

1 Aos vinte e um dias do mês de junho de dois mil e dezoito, às quatorze horas e treze
2 minutos, na sala de reuniões do Gabinete da Secretaria de Desenvolvimento Social,
3 Juventude, Políticas Sobre Drogas e Direitos Humanos – SDSJPDDH – localizada à
4 sede da Prefeitura do Recife – sexto andar, em segunda e última convocação, teve
5 início a Reunião ordinária do CMAS, sob a coordenação da Presidente Ana Farias,
6 com a seguinte pauta: Apresentação, para aprovação, das atas dos plenos dos dias
7 19 de abril e 21 de maio de 2018; **2.** Apresentação do TAC- Procedimento
8 Administrativo nº 1700-0/7; **3.** Nota Técnica Conjunta da Gerência Geral de Atenção
9 Básica -GAB/Secretaria Municipal de Saúde e GPSB/SDSJPDDH número um de
10 dois mil e dezessete: Análise para possível concessão de Benefício Eventual –
11 Concessão de cesta básica para usuários da Saúde em tratamento de tuberculose
12 e/ou hanseníase; **4.**Apresentação das demandas das Comissões Permanentes: **4.1**
13 Comissões de Normas e Fiscalização: Solicitação de inscrição do Centro de
14 Desenvolvimento Integral Nova Esperança – CDINE; Cancelamento da inscrição de
15 entidades que não entregaram Plano de Ação /dois mil e dezoito e Relatório/ dois mil
16 e dezessete; Suspensão das inscrições das entidades que justificaram a não entrega
17 do Plano de Ação e Relatório no prazo estabelecido; Devolutiva da reunião com
18 representantes do Abrigo Espírita Batista de Carvalho e da Casa dos Humildes para
19 ajuste de contrato de Prestação de serviços; Apresentação da Resolução número
20 trinta e três/ Ministério dos Direitos Humanos/Conselho Nacional dos Direitos do
21 Idoso, que estabelece diretrizes e parâmetros para a regulamentação do trinta e cinco
22 da Lei número dez mil , setecentos e quarenta e um de dois mil e três (Estatuto do
23 Idoso), que dispõe sobre o contrato de prestação de serviços de toda entidade de
24 longa permanência ou Casa-Lar , com pessoa idosa abrigada; **4.1**Comissão e
25 Orçamento e Finanças: Apresentação da Validação da Estrutura Programática do
26 FMAS (PPA dois mil e dezoito- dois mil e vinte e um); **5.** Informes gerais. Estiveram
27 presentes os/as seguintes Conselheiros/as titulares e suplentes: Wellington Bezerra
28 Pastor – Secretaria Executiva de Direitos Humanos; Udo de Melo Amazonas –
29 Secretaria Executiva de Políticas Sobre Drogas; Maria Lúcia Barbosa da Silva –
30 Secretaria de Saúde; Jara Pereira Lins – Secretaria de Mobilidade e Controle Urbano;
31 Rosana Maria Mota da Silva; Dideane Cynara Alves Nunes – Conselho Regional de
32 Serviço Social – CRESS/PE; Maria Eroneide dos Santos Nascimento Silva – Sindicato
33 dos Psicólogos do Estado de Pernambuco; Telma Muniz Soares Barbosa – CIEE;
34 Andréa Silveira Mascarenhas – APABB; Maria de Lourdes de Sousa – Casa Menina
35 Mulher; Kadaja Camilo Pacheco – Casa Rosa; Maria do Livramento de Aguiar –
36 Instituto Som Helder Câmara – Casa Frei Francisco; Anyse Carlyne de Jesus Rocha
37 dos Santos – Associação Beneficente o Pequeno Nazareno; Cybelle Oliveira da Silva



Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

38 – Sociedade Bíblica do Brasil; Seguimento Usuários: Isaac Machado de Oliveira. A
39 Presidente Ana Farias iniciou a reunião saudando os presentes e em seguida
40 consultou os/as conselheiros/as sobre a possibilidade de antecipação da pauta,
41 sugerida pela conselheira Lívia, que não poderia permanecer até o final do Pleno, de
42 um informe sobre o Seminário Trabalho Social com Famílias no Suas, que ocorrerá
43 nos dias nove e dez de agosto do corrente, em São Paulo. A referida conselheira
44 declarou interesse em participar do evento. Posto em votação, foi acatada pelo pleno
45 a antecipação da pauta. No entanto, a Presidente Ana Farias sugeriu que a reunião
46 fosse iniciada pelo primeiro ponto já proposto para só então deliberar sobre o informe
47 do referido seminário. Sendo assim, passou-se então para o primeiro ponto de pauta
48 que é **1**. Aprovação, das atas dos plenos dos dias 19 de abril e 21 de maio de 2018,
49 que formam aprovadas por unanimidade. Ato contínuo, passou-se para o informe
50 sobre o “Seminário Trabalho Social com Famílias no SUAS”, que ocorrerá nos dias
51 nove e dez de agosto do corrente, em São Paulo. A Presidente Ana Farias informou
52 que este Seminário será promovido pela Associação dos Pesquisadores de Núcleos
53 de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente – NECA, em seguida
54 procedeu a leitura da programação e do resumo do trabalho feito pelo NECA com
55 esta temática e que este seminário é a continuação do encontro ocorrido em dois mil
56 e quatorze. A Conselheira Lívia se candidatou a participar do seminário, defendeu sua
57 candidatura por já ter participado do seminário anterior e por trabalhar com este
58 público; O Conselheiro Wellington Pastor, representante da secretaria executiva de
59 Direitos Humanos da SDSJPDDH também se candidatou, afirmando ser importante
60 esta temática sobre a família, principalmente pautar a família LGBT , levando em
61 consideração que a família é o primeiro espaço de socialização da criança e também
62 o primeiro espaço de violência LGBT e na perspectiva de trabalhar a prevenção
63 desta violência , é fundamental que a família esteja dentro dessa discussão.
64 Assegurou que, se a família acolhe, protege, não exclui, essas pessoa não estarão
65 em estado de vulnerabilidade, não estarão nas ruas, não irão passar por violência,
66 ficarão mais amparadas. Ponderou que a violência estará sempre presente na vida
67 de uma pessoa LGBT, mas quando a família acolhe, a realidade é diferente: As
68 travestis e transsexuais que conseguem chegar ao mercado de trabalho e
69 conseguem ter alguma ascensão social, a grande diferença é que as famílias delas
70 não a colocaram para fora de casa. As que estão nas ruas tem mais dificuldade ,
71 pois só tem dois caminhos que é a prostituição ou o tráfico. Após a fala dos
72 candidatos à participação no “Seminário Trabalho Social com Famílias no SUAS”,
73 ambos formam aprovados pelo pleno e irão representar o conselho. Dando
74 continuidade, passou-se para o segundo ponto de pauta que é: **2**. Apresentação do
75 Termo de ajustamento de conduta -TAC- Procedimento Administrativo nº 1700-0/7. A
76 presidente Ana Farias informou que este TAC foi feito na então gestão do Prefeito
77 João da Costa. E que a atual gestão quando assumiu em dois mil e treze, já
78 encontrou o TAC em andamento. Explicou que o Ministério Público fica
79 acompanhando a motivação que gerou o TAC e que na época existia uma série de
80 demandas que a gestão não estava conseguindo cumprir e por isso gerou este TAC
81 como uma obrigação da gestão dar conta dessas questões que estavam em
82 pendência. Informou também que o TAC tem um tempo de duração e que com o
83 passar do tempo vai se fazendo um termo aditivo, o que foi feito na gestão da
84 Secretária Ana Rita no ano de dois mil e dezesseis. Ana Farias informou também que



Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

85 foi notificada pelo Ministério Público, na condição de Presidente do CMAS, para
86 participar de uma audiência no dia treze de junho do corrente e para maior
87 entendimento do Pleno, procedeu a leitura do Termo de Declarações, esclarecendo
88 que o objeto do Procedimento administrativo é o acompanhamento do cumprimento
89 das cláusulas do aditivo do Termo de Ajustamento de Conduta, firmado com a
90 SDSJPDDH relativo ao compromisso de reparar inadequações quanto ao
91 funcionamento dos CRAS em Recife e que na reunião informou ao Promotor Westei
92 Conde que é Presidente do CMAS desde dois mil e dezessete e que a atual gestão,
93 em conjunto com outras secretarias executivas, trabalhadores (CRAS, CREAS e
94 Casas de Acolhida) e usuários/as participou do processo de atualização do Plano
95 Municipal de Assistência Social e que coube a Gerência de Gestão do Trabalho a
96 coordenação do processo de atualização do referido plano; Que participaram entre
97 outros atores, nove Conselhos ligados às quatro Políticas da SDSJPDDH; Que surgiu
98 a ideia de constituição do Fórum Interconselhos; Que é possível submeter ao Pleno
99 do CMAS, na próxima reunião Plenária Ordinária, o Termo Aditivo de Ajustamento de
100 Conduta com a SDSJPDDH; Que igualmente, é possível apresentar posicionamento
101 acerca do Termo Aditivo à luz do novo Plano Municipal de Assistência Social (dois mil
102 e dezoito/dois mil e vinte e um), informando eventual data de apreciação pelo CMAS.
103 Na oportunidade, Ana Farias informou que exibiu em dez laudas, diversos
104 documentos relacionados a pontos que formam pactuados no termo aditivo. A
105 Presidente Ana Farias procedeu também a leitura do que ficou deliberado na referida
106 reunião: 01) compromete-se a declarante a levar ao conhecimento do Pleno do
107 CMAS, na reunião ordinária do dia vinte e um de junho de dois mil e dezoito, o teor do
108 Termo Aditivo de Ajustamento de Conduta estabelecido com a SDSJPDDH, cabendo
109 ao referido Conselho apresentar posicionamento ao MPPE, levando-se em conta o
110 Plano Municipal de Assistência Social (dois mil e dezoito / dois mil e vinte e um) 02)
111 igualmente, compromete-se a informar eventual data de apreciação do Termo
112 Aditivo de Ajustamento de Conduta pelo CMAS; 03) junte-se aos autos a
113 documentação exibida. Após discussões, o encaminhamento dado foi: O Termo
114 Aditivo de Ajustamento de Conduta será apreciado pelo CMAS após o lançamento do
115 Plano Municipal de Assistência, inicialmente pela Comissão de Normas e
116 Fiscalização, depois pelo Pleno. Em relação ao terceiro ponto de pauta, que é: **3.**
117 Nota Técnica Conjunta da Gerência Geral de Atenção Básica -GAB/Secretaria
118 Municipal de Saúde e GPSB/SDSJPDDH Nº 01/201: Análise para possível
119 concessão de benefício eventual – Concessão de cesta básica para usuários da
120 Saúde em tratamento de tuberculose e/ou hanseníase, a Presidente Ana Farias
121 informou que a Secretária Geruza Felizardo apresentou na última reunião da
122 Comissão de Normas e se comprometeu em vir apresentar no Pleno, como ela não
123 chegou a tempo de apresentar, ficará para ser apresentado no próximo Pleno. Dando
124 sequência, passou-se ao seguinte ponto de pauta, que é: **4. Apresentação das**
125 **demandas das Comissões Permanentes: 4.2 Comissões de Normas e Fiscalização:**
126 Solicitação de inscrição do Centro de Desenvolvimento Integral Nova Esperança –
127 CDINE, a comissão de Normas e Fiscalização emitiu recomendação de aprovação da
128 solicitação de inscrição, que posto em votação a solicitação de inscrição foi
129 aprovada pelo Pleno; Quanto ao cancelamento da inscrição de entidades que não
130 entregaram Plano de Ação 2018 e Relatório 2017, a Presidente Ana Farias afirmou
131 que, mesmo o Conselho tendo prorrogado por mais trinta dias o prazo para entrega



Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

132 dos referidos documentos, as entidades não cumpriram com a obrigação da entrega e
133 a recomendação da Comissão de Normas e Fiscalização é o cancelamento das
134 inscrições, que após discussão, posto em votação, o Pleno seguiu a recomendação
135 da Comissão, ficando deliberado que as seguintes entidades terão suas inscrições
136 canceladas junto ao CMAS: Associação Beneficente Criança Cidadã –
137 ABCC, Fraternidade Cristã de Doentes e Deficientes – FCD, Grupo de Idosos da UR -
138 03, Galpão de Meninos e Meninas de Santo Amaro, Núcleo de Moradores do Bairro da
139 Iputunga e Adjacências, Associação Comunitária Cabo Hermito de Sá e Adjacências,
140 INTEGRARTE – Centro Pro-Integração, Cidadania e Arte, Projeto: Oratório Festivo
141 Dom Bosco e Projeto de Maria – Desenvolvido pelo Colégio Salesiano do Sagrado
142 Coração, Centro de Desenvolvimento Integral Renascer do Feitosa, Centro Espírita
143 Moacir, Instituto Cristina Tavares de Atenção Integral ao Adulto com Câncer e Centro
144 Cultural Raízes para o Mundo. Quanto às entidades que apresentaram justificativa,
145 por ofício, da não entrega do Plano de Ação e Relatório no prazo estabelecido, terão
146 suas inscrições suspensas por três meses, são eles: Clube de Mães Renascer da
147 Criança, do Adolescente e do Idoso; Centro SUVAG de Pernambuco; Grupo de Apoio
148 Mútuo Pé no Chão; Centro de Ensino Popular e Assistência Social do Recife Santa
149 Paula Frassinetti – CEPAS; Associação de Familiares dos Dependentes Químicos,
150 Presos e Apenados do Estado de Pernambuco - AFADEQUIPE; Grupo Partilhar
151 "Iluminando Caminhos"; Instituto PAPAI; Serviços de Acolhimento Institucional na
152 Modalidade Casa Lar Desenvolvido pela Instituição: Aldeias Infantis SOS Brasil;
153 Associação Beneficente Projeto Novo Caminhar; Associação Oásis da
154 Liberdade; Centro de Assistência Integral à Criança e ao Adolescente - Novo
155 Rebanho e Grupo de Idosos da UR 2. Dando sequência, passou-se à devolutiva da
156 reunião com representantes do Abrigo Espírita Batista de Carvalho e da Casa dos
157 humildes para ajuste de contrato de prestação de serviços. A Presidente Ana Farias
158 informou que a Comissão de Normas e Fiscalização vem acompanhando essas duas
159 entidades em virtude da normativa do Estatuto do Idoso, que estabelece que a forma
160 de participação do idoso no custeio da entidade não poderá exceder setenta por cento
161 do benefício previdenciário ou de assistência social percebido pelo idoso e que estas
162 duas entidades estavam cobrando mais que os setenta por cento permitido em lei.
163 Ana Farias afirmou que as duas entidades fazem um trabalho de relevância na
164 Assistência Social e que por isso o Conselho tem interesse em ajudar, mas também
165 não pode ir de encontro às legislações que regem a Política de Assistência Social.
166 Informou ainda que as duas entidades estão pleiteando a renovação do CEBAS junto
167 ao MDS e que diante disso a Comissão convidou as duas entidades para uma reunião
168 com o objetivo de orientá-las, de acordo com os critérios da Política da Assistência
169 Social e que após a reunião, uma das entidades apresentou um contrato de
170 prestação de serviço, onde o contratante, a pessoa idosa, destinava os setenta por
171 cento, conforme estabelece o Estatuto do Idoso, e uma cláusula com serviços
172 extras, que serão cobrados à parte, como por exemplo, medicamentos não fornecidos
173 pelo SUS, entre outros. Diante disso, a Comissão chamou, mais uma vez, a entidade
174 para esclarecimentos. No dia da reunião da Comissão, continuou Ana Farias, as
175 duas citadas entidades compareceram e o representante do Abrigo Espírita Batista de
176 Carvalho apresentou a Resolução trinta e três de dois mil e dezessete do Ministério
177 dos Direitos Humanos/Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, que estabelece
178 diretrizes e parâmetros para a regulamentação do artigo trinta e cinco da Lei número



Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

179 dez mil , setecentos e quarenta e um de dois mil e três (Estatuto do Idoso), que
180 dispõe sobre o contrato de prestação de serviços de toda entidade de longa
181 permanência ou Casa-Lar , com pessoa idosa abrigada, cujo contrato prevê os
182 setenta por cento , conforme estabelece o Estatuto do Idoso e uma cláusula com
183 serviços extras, que serão cobrados à parte. A representante da Casa dos Humildes
184 ficou com uma cópia dessa Resolução e se comprometeu em renovar os contratos
185 baseados nesta nova resolução e apresentar cópia ao CMAS. Diante disso, a
186 Comissão de Normas e Fiscalização recomenda a continuação da inscrição do Abrigo
187 Espírita Batista de Carvalho e da Casa dos Humildes. Posto em votação, a
188 continuação da inscrição foi aprovada pelo Pleno. Ato contínuo, passou-se para as
189 demandas **4.1** Comissão e Orçamento e Finanças: Apresentação da Validação da
190 Estrutura Programática do FMS (PPA 2018-2021), A Presidente Ana Farias afirmou
191 que as reuniões com a Comissão de Finanças e a Gerência Financeira formam muito
192 produtivas e que o prazo inicial para aprovação , que era até o dia quinze de junho,
193 foi prorrogado a pedido da Comissão de Finanças , para dar tempo de chegar ao
194 Pleno. Perguntou pelo Conselheiro Sérgio Cruz, Coordenador da Comissão de
195 Orçamento e Finanças e foi informada que ele não estava presente por motivo de
196 saúde. Em seguida fez uma explanação do ocorrido na reunião e que após análise
197 detalhada a comissão recomendou aprovação da Validação da Estrutura
198 Programática do FMS (PPA 2018-2021) do Fundo Municipal de Assistência Social
199 em seguida convidou Jefferson Luiz , Gerente Geral de Administração e Finanças da
200 Gestão, que informou que esta demanda veio da Secretaria de Planejamento-
201 SEPLAG, que é o órgão gestor do município, órgão especialista em planejamento
202 orçamentário e que anualmente faz encaminhamento de Projeto de Lei no tocante a
203 orçamentos de todas as secretarias. Informou que a SEPLAG indagou a Secretaria
204 executiva da Assistência , diante da lei, se havia necessidade de melhorar a redação,
205 se teria alguma sugestão e automaticamente a Secretaria repassou para o CMAS
206 para que se realizasse juntamente a discussão. Afirmou que a SEPLAG, como
207 sempre, deu um prazo muito curto, e que a Comissão se reuniu no último dia
208 quatorze e o prazo de entrega era até o dia quinze de junho, como informou Ana
209 Farias. A Comissão então solicitou a dilatação do prazo para que fosse discutido no
210 Pleno, o que foi atendido. Após esses esclarecimentos, Jefferson definiu, para os que
211 ainda não conhecem o que é o PPA, que o Plano Plurianual, está previsto na
212 Constituição Federal , que é um Plano de médio prazo, que é um plano de uma
213 gestão, ou seja, para quatro anos. E que estabelece as diretrizes , objetivos e metas,
214 a serem seguidos pelo governo federal, estadual e municipal. O PPA é uma Lei que
215 tem a vigência de quatro anos. É organizado em ações, subações e operações. Falou
216 que, conforme literatura, a revisão do PPA confere dinamismo e propicia melhoria
217 nas ações que a integram , além de ampliar a transparência das ações
218 governamentais e representa a oportunidade de avaliação e autocrítica. Afirmou que
219 isso (esta revisão)foi o que ocorreu na reunião da Comissão de Orçamento e
220 Finanças, pois a Política da Assistência Social não é estática e sim dinâmica. Surgem
221 novos programas, novos projetos e essa revisão é uma oportunidade para visitar o
222 PPA possibilitando incluir o que não existia antes e excluir o que não existe mais.
223 Informou, usando o recurso de data show, que foi feita uma planilha dividida por
224 ações, em nove páginas, e que fez alguns esclarecimentos que julgou importantes:
225 nos textos de ações, subações e operações foram feitas algumas alterações



Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

226 juntamente com a Comissão de Orçamento e Finanças e que foram colocadas as
227 novas redações na cor vermelha, e foi preservado o texto antigo, para comparações
228 e quando uma ação, subação e operação foi excluída, foi riscada e com observação
229 ao lado, quando sugestão nova, destacada na cor vermelha, quando a ação, subação
230 e operação permaneceu sem alteração, ficou na cor preta. Jefferson destacou que
231 este trabalho, juntamente com a Comissão de Orçamento e Finanças, durou uma
232 manhã inteira, ou seja foi muito detalhado na reunião. Foi discutido então metodologia
233 de apresentação no Pleno e chegou-se ao consenso de que fosse apresentado
234 apenas as alterações feitas na reunião da Comissão. Jefferson esclareceu que o
235 PPA foi feito em dois mil e dezessete com vigência para dois mil e dezoito/ dois mil e
236 vinte e um e que em dois mil e dezessete foi feita a reforma administrativa e no
237 tocante à SDSJPDDH, houve a incorporação da Secretaria de Combate às Drogas,
238 uma parte da Secretaria da Juventude e que quando o IASC foi extinto, a Lei
239 orçamentária de dois mil e dezessete já tinha sido aprovada em dois mil e dezesseis,
240 dentro da realidade do IASC, portanto, quando foram extintos esses órgãos na lei
241 orçamentaria seguinte, o que era ação de juventude que estava lá, foram “trazidos
242 para esta Secretaria”, o que era ação do IASC, foram “trazidos para esta Secretaria”.
243 Só que algumas ações do IASC, embora executasse ações de alta complexidade, o
244 IASC não acessava diretamente recursos do fundo municipal. Era bancado com
245 recursos do município e o município não segue regras da assistência quando não
246 utiliza recursos do fundo municipal da assistência. Ana Farias esclareceu que o IASC
247 não podia acessar nenhum recurso da alta complexidade do fundo, ao menos que
248 realizasse conveniamento com a gestão. Hoje a Política está unificada no município.
249 Jefferson explicou que, com a revisão na reunião com a Comissão, enquadrou as
250 ações de alta complexidade na planilha conforme preconiza a Política. Em seguida
251 procedeu a leitura, folha por folha, com as alterações que foram feitas juntamente
252 com os integrantes da Comissão de Orçamento e Finanças. Após apresentação, a
253 Presidente Ana Farias pôs em votação, para aprovação, a Validação da Estrutura
254 Programática do FMAS (PPA 2018-2021), que foi aprovada por unanimidade pelo
255 Pleno. O terceiro ponto de pauta, referente a Nota Técnica Conjunta da Gerência
256 Geral de Atenção Básica -GAB/Secretaria Municipal de Saúde e GPSB/SDSJPDDH
257 Nº 01/201 não pode ser tratado nesse Pleno, pois a Secretária Geruza Felizardo da
258 Secretaria Executiva de Assistência Social estava em outro compromisso e não pode
259 chegar a tempo a este Pleno. ; Dando continuidade, a Presidente Ana Farias
260 informou a gestão encaminhou ao Conselho minuta de Projeto de Lei que
261 regulamenta os Benefícios Eventuais no Município do Recife e Projeto de Lei que
262 reestrutura o Projeto de Família Acolhedora foram feitas cópias para os integrantes
263 da Comissão de Normas e Fiscalização para que haja um estudo prévio, antes da
264 próxima reunião. Dando continuidade, passou-se para o quinto ponto de pauta, que é:
265 **5. Informes gerais.** A Conselheira Dideanne informou que a Coordenação do Fórum
266 Estadual dos(as) Trabalhadores(as) do SUAS de PE – FETSUAS criou uma fan page
267 no Facebook para socializar as informações. A Conselheira Livia informou que,
268 juntamente com Dideanne, faz parte do FETSUAS-PE e que as reuniões acontecem
269 nas últimas terças-feiras do mês, às dezoito horas, no CREFITO, na Rua Henrique
270 Dias. A Conselheira Lourdinha informou que no dia dezoito de junho, no Sindicato de
271 educação, ocorreu um encontro para apresentar a finalização do Projeto Ciranda,
272 desenvolvido pelo Centro Luiz Freire com a ETAPAS, foi resultado de uma pesquisa



Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

273 com os adolescentes em quatro comunidades: Peixinhos, Ibura, Torre e outra.
274 Lourdinha informou também que solicitou que esse projeto não fosse somente
275 compartilhado no COMDICA, mas também no Fórum DCA e no CMAS. Esgotada a
276 pauta e nada mais havendo a tratar, a Presidente Ana Farias encerrou a reunião às
277 dezessete horas ,seguindo-se um lanche especial com comidas típicas, em
278 comemoração aos festejos juninos e, para que tudo fique devidamente documentado,
279 eu, Silvia Marroquim, Secretária Executiva do CMAS, redigi e digitei a presente ata,
280 que, após lida e achada conforme, será aprovada pelo Pleno do CMAS.